

# **RENTISMO, DOENÇA HOLANDESA OU DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO? AS POSSIBILIDADES A PARTIR DA RENDA PETROLEIRA DO PRÉ-SAL**

**Paulo Daniel e Silva**<sup>15</sup>  
**Carlos Eduardo Colangelo**<sup>16</sup>

## **RESUMO**

Este artigo apresenta uma abordagem sintética sobre o significado do rentismo, da doença holandesa, particularmente na Venezuela, país petrolífero, desenvolvendo um paralelo com a economia brasileira. Neste sentido, faz-se uma breve análise das medidas adotadas, até então, pelo governo brasileiro, para combater o rentismo, a doença holandesa e promover o desenvolvimento econômico e social.

**Palavras-chave:** Petróleo, Venezuela, Brasil, desenvolvimento.

## **Rentismo e Doença Holandesa – O Modelo Venezuelano**

Nos anos setenta, a economia venezuelana, como a de muitos países exportadores de petróleo, recebeu uma quantidade significativa de moeda estrangeira, por conta essencialmente do choque no preço do petróleo. Houve um aumento do produto nacional, entretanto, não impulsionou o desenvolvimento de outros setores produtivos da economia do país.

Dois teorias distintas são predominantemente usadas para analisar os problemas econômicos enfrentados pela Venezuela, devido à bonança petrolífera: a teoria da “doença holandesa” e a teoria do “capitalismo rentístico”.

Na década de 1970, o país optou por deixar de lado o isolacionismo regional e passou a empreender ações regionais destinadas a criar laços com países cujo consumo de petróleo desejava prover. Com a valorização do preço do petróleo pela Opep, da qual a Venezuela era membro destacado e atuante, o país conseguiu aprofundar seu desenvolvimento econômico e atuação internacional. O apogeu dessa fase deu-se com a primeira administração Carlos

---

<sup>15</sup> Economista, Mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Professor do departamento de administração e economia da Unianchieta. Este artigo foi desenvolvido como conclusão do projeto de Iniciação Científica, promovido pelo Centro de Pós Graduação, Extensão e Pesquisa da Unianchieta.

<sup>16</sup> Graduando em Ciências Econômicas pelo Centro Universitário Unianchieta e aluno de Iniciação Científica.

Andrés Pérez, de 1974 a 1979, quando os setores de petróleo, aço e cobre foram nacionalizados. A Venezuela passou a atuar ativamente na política internacional: no plano mundial, por meio dos Movimentos dos países Não-Alinhados, e no plano regional, com a criação do Sistema Econômico Latino-Americano (Sela, sediado em Caracas) e procurando ocupar o papel de potência regional, estendendo sua influência no Caribe e na América Central. A alta dos preços do petróleo, como destaca Monteiro, permitiu ao país substituir a Doutrina Betancourt pelos sonhos bolivarianos de liderar a América Latina.

A ação diplomática venezuelana projetou o país e seu presidente ao primeiro plano. Internamente, a Venezuela atingiu seu melhor desempenho econômico, social e de estabilidade política.

Conforme destaca Barros (2007, p.74), com a ascensão de um modelo de democracia conciliatório que vigorou até 1998, foi executada uma série de políticas incentivadoras da industrialização por substituição de importações (exoneração de tributos para matérias-primas e bens de capital destinados à indústria, financiamento industrial subsidiado e promoção direta por parte do Estado à siderurgia e petroquímica) e foi criado um organismo de planejamento, CORDIPLAN – *Oficina Central de Coordinación y Planificación de La Presidencia de La República*, cujo principal objetivo era formular as diretrizes das políticas econômicas de cada período presidencial. O primeiro programa formulado Foi “*Plan Cuaternal (1960-1964)*” que apresentou

“pela primeira vez de maneira precisa a necessidade de por em prática um modelo de desenvolvimento econômico que compreenda dois eixos: A industrialização e a modernização da agricultura. Sobre esta base, o Estado assumiu o papel de “promotor” do processo de industrialização para atenuar a crise e estimular o setor privado mediante o auxílio financeiro e medidas protecionistas” (BANKO, 2006; p.7-8).

A industrialização por substituição de importações, entretanto, não se completou. Ela foi abortada pela “doença holandesa”<sup>17</sup> causada pela alta dos preços internacionais do petróleo, em 1973, que chegou a US\$ 45 o barril ( em valor não corrigido)

---

<sup>17</sup> A teoria da doença holandesa tem sido utilizada para tratar problemas típicos das economias primário-exportadoras. Seu nome remonta ao comportamento que a economia holandesa teve nos anos sessenta, logo após a descoberta de grandes reservas de gás natural no país, a partir de quando ocorreu aumento concomitante da população nacional de gás natural e dos preços internacionais do produto. Durante o período de “bonança gasífera”, a Holanda recebeu uma grande quantidade de moeda estrangeira e o imediato aumento de superávit comercial fez a moeda nacional se sobrevalorizar. No momento seguinte, a produção industrial do país passou a enfrentar problemas, decorrentes da apreciação da moeda nacional, para concorrer com os produtos de outros países tanto no mercado interno quanto no externo. A baixa competitividade da indústria nacional levou a um aumento das importações, principalmente de produtos industrializados, e a uma diminuição significativa das

Dada essa solidez do pacto de governabilidade venezuelano, a instabilidade política que se inicia no início do ano de 1989 surpreendeu tanto atores políticos como analistas. O período entre os anos de 1989 e 1993 é de fundamental importância para a delimitação e compreensão da profundidade da crise que se iniciara, e de qual era a margem de manobra que possuíam os principais atores do *puntofijismo*.

De acordo com Villa (2005, p.156), as relações entre o comportamento da economia do petróleo e o sistema político também são importantes para explicar a crise do *puntofijismo*. O comportamento negativo da economia nos anos de 1980 afetou de forma relevante a base material redistributiva do regime venezuelano, fato que mostrava que a eficácia política do Pacto de *Punto Fijo* estava intrinsecamente atrelada ao comportamento do modelo rentista petrolífero.

Com a crise dos anos de 1980, a chamada “década perdida”, toda a América Latina enfrentou uma derrocada econômica, que acabou por condicionar profundamente as opções neoliberais econômicas feitas pelas elites políticas na região latino-americana.

No final da década de 80, era visível que, enquanto ascendia a nova hegemonia liberal, “o pensamento crítico perdera sua vitalidade, e muitos estruturalistas e marxistas aderiram, de uma forma ou de outra, ao projeto liberal-conservador que durante a década de 90 promoveu uma rodada de “modernização conservadora”” (FIORI, 2001; p.45).

O problema de rentismo na economia venezuelana desenvolveu-se com maior potencialidade no momento em que a economia venezuelana parecia estar melhor. A grande entrada de recursos nos anos setenta não gerou apenas uma crise conjuntural, uma “doença holandesa”. A elevação da capacidade produtiva superou o crescimento do mercado doméstico, independentemente da valorização do câmbio.

*“Dijimos al comienzo que hacia los años 1977-1978 el curso de la economía venezolana sufrió lo que, de primera impresión, parecía ser solo un simple y convencional traspie. ¡Falsa impresiones! Más pronto que tarde esse aparente parpadeo reveló su verdadero contenido y mostro lo que llevaba adentro: un anuncio de que advenía un drástico cambio de rumbo; una indicación cada vez más inequívoca de que habían concluido un tiempo y sus formas económicas propias. Esos años, entonces, marcan un hito em la vida contemporánea de Venezuela, y por gratuidad Del azar también in hito personal.”* (Baptista, 2004; p.13).

---

exportações de outros produtos que não o gás natural. Em pouco tempo, a abundante entrada de moeda estrangeira para a compra de gás natural levou a Holanda a um processo de desindustrialização e de perda de competitividade internacional (CORDEN 1994).

As razões da economia rentista para Asdrúbal Baptista eram o crescente aumento da renda distribuída pelo Estado de maneira desconectada da produção e a má distribuição e aplicação desses recursos internamente. Neste sentido, entende-se que, na Venezuela, a renda petroleira é entendida como uma renda internacional da terra e, portanto, não é produto do esforço produtivo interno.

A renda então, apropriada e distribuída pelo Estado, deu lugar a um caso particular de desenvolvimento capitalista impulsionado pelo Estado devido à receita advinda da renda internacional da terra. Esta lógica permeia toda a sociedade venezuelana.

*“El petróleo venezolano, hasta décadas muy recientes, fue en su casi exclusividad un objeto para el mercado mundial. Así, por ejemplo, entre 1920 y 1995 el 91 por ciento de petróleo extraído se comercializo em El extranjero. Esto significa que el precio de mercado del petróleo extraído se comercializo em el extranjero. Esto significa que el precio de mercado del petróleo ES El precio que paga el mercado mundial y que, por lo tanto, La renta que da lugar la propiedad sobre el recurso es una renta internacional, o una renta proveniente del mercado mundial.” (BAPTISTA, 2004; P.17).*

Portanto, para Baptista, a renda petroleira exerceu certos efeitos positivos, gerando um grande impulso ao desenvolvimento econômico desde o começo do século até 1978, quando este modelo deixou de ser viável.

É por isso que, em 1978, se inicia uma crise em meio à abundância de receitas petroleiras e com um investimento máximo, o qual representa um indicador dos problemas de absorção da renda.

A sobrevalorização do Bolívar foi funcional ao desenvolvimento econômico e manufatureiro até o final dos anos sessenta, pois garantiu o acesso a importações baratas de todo tipo, incluindo bens de capital e intermediário para o processo de substituição de importações.

Entretanto, uma vez que o estreitamento do mercado estabeleceu limites a expansão industrial, a sobrevalorização do Bolívar, com o fechamento do mercado externo, tornou-se um obstáculo para o desenvolvimento.

Para Mommer (In BAPTISTA, 1997; P.XXV), a economia rentista é definida por três elementos: a) é uma forma de desenvolvimento capitalista; b) é uma forma de desenvolvimento capitalista nacional sustentado pela renda internacional da terra e c) esta renda corresponde, em primeira instância, ao Estado.

Em países desenvolvidos a renda da terra caiu até níveis que tornaram a condição rentísta desprezível. Adam Smith, em 1776, já assinalava essa tendência. “Quanto mais determinada mercadoria sofre uma transformação manufatureira, a parte do preço representada pelos salários e pelo lucro se torna maior em comparação com a que consiste na renda da terra.” (SMITH, 1983; p.80).

Nos países exportadores de petróleo, em geral, e na Venezuela, em específico, isso não ocorreu. O petróleo não pode ser extraído em qualquer lugar e, embora necessite de alguma tecnologia para ser retirado do solo, seu preço, devido a alta demanda pelo produto em relação a sua possibilidade de oferta, continuou composto majoritariamente pela renda da terra.

Para Barros (2007, p.47), o êxito da economia rentísta implica, de maneira inevitável que a renda se transforma pouco a pouco, de uma força dinamizadora em um obstáculo cada vez mais intolerável para o desenvolvimento normal do sistema. Daí se desprende o colapso da economia rentista.

Neste sentido, FURTADO (1999; p.26) afirma que “o processo histórico de formação econômica do mundo moderno pode ser observado de três ângulos: i) a intensificação do esforço acumulativo mediante a elevação da poupança de certas coletividades; ii) a ampliação do horizonte de possibilidades técnicas; iii) o aumento da parcela da população com acesso a novos padrões de consumo.”

Portanto, Furtado considera que não se trata de três processos distintos, mas de três faces em interação de um só processo histórico. Acrescenta que é fácil perceber que sem inovações técnicas o aumento da poupança não é sustentável no longo prazo e que a ampliação do poder de compra da população é elemento essencial para a reprodução dinâmica do sistema.

Um aumento abrupto das receitas petrolíferas em uma economia como a venezuelana amplia um dos ângulos da observação de Furtado, o aumento da parcela da população com acesso a novos padrões de consumo, porém, limita o esforço acumulativo mediante elevação da poupança e limita a ampliação do horizonte de possibilidades técnicas; ambas as limitações são decorrência da facilidade em adquirir moeda estrangeira nesses períodos.

Outro ponto importante destacado por Furtado amplia a análise da economia venezuelana no século XX.

“O excedente, ao permitir aprofundar no tempo e no espaço a divisão social do trabalho, viabiliza a acumulação, e o desenvolvimento não senão uma das formas que esta pode assumir. Muitos têm sido os fins a que se tem destinado o excedente: a construção de muralhas, de pirâmides, manutenção de cortes etc. Só excepcionalmente ele foi usado para o desenvolvimento, ou seja, para abrir caminho à realização das múltiplas potencialidades dos membros de uma sociedade.” (FURTADO, 1984; p.106).

A Venezuela, por ser um país petrolífero, consegue em vários momentos ampliar consideravelmente seu excedente. Porém, esse aumento do excedente não advém do aprofundamento, no tempo e no espaço, da divisão social do trabalho. Desta forma, o excedente não viabiliza a acumulação, embora sirva para ampliar o acesso a novos padrões de consumo.

As possibilidades de abertura de caminhos às múltiplas potencialidades dos membros da sociedade venezuelana ficam, portanto, estéreis. A característica rentística da economia venezuelana é responsável por esta esterilidade. A saída do esgotamento desse modelo de organização econômica passa necessariamente por um elemento, como destaca Furtado, de intencionalidade.

“Mais do que transformação, o desenvolvimento é invenção, comporta um elemento de intencionalidade. As condições requeridas para que esse elemento se manifeste com vigor dão-se historicamente, ou seja, são irredutíveis a esquemas formalizáveis. Somente o enfoque analógico nos permite abordar questões como: por que se intensifica a criatividade e por que os frutos desta convergem para produzir e realizar um projeto de transformação social com o qual se identificam os membros de uma coletividade?” (FURTADO, 1984; p.105-106).

A sociedade venezuelana precisaria romper com a ordem do período em que a economia rentista prevaleceu. Este rompimento pressupõe novas instituições, novas formas de participação política que supere o clientelismo do período rentista e gere outros tipos de consensos e, principalmente, uma nova finalidade para a renda petrolífera.

Para Barros (2007, p.80), a Venezuela não teve grandes dificuldades para adquirir os meios que tornariam viável e possível qualquer finalidade decidida coletivamente. Porém, essa mesma facilidade em conseguir os meios impediu a definição de fins comuns.

A abundância petrolífera não derivada do trabalho e da divisão social da produção levou a Venezuela a um equilíbrio nos anos 60 e 70 que impediu que o país tivesse qualquer possibilidade de superar aquelas condições econômicas. Além disso, suas instituições políticas construídas desde a década de 50 permaneciam intocadas.

De acordo com Barros (2007, p.81), após o esgotamento da economia rentista, essas instituições entraram em crise e a abundância petrolífera passou a ser apropriada apenas pelos setores sociais mais próximos ao Estado e a companhia estatal de petróleo.

A partir de então, as instituições políticas passaram a ser questionadas; manifestações populares de grande repercussão, como o *Caracazo* no final dos anos 80, duas tentativas de golpe militar no começo dos anos 90 e uma abstenção eleitoral crescente durante todo o período expressam esse momento de crise.

### **Uma visão de desenvolvimento**

A teoria desenvolvimentista ganhou importância no debate internacional após a 2ª. Guerra Mundial quando o mundo precisou ser reconstruído. A partir de então, especialmente no terceiro mundo, começaram a ocorrer discussões sobre os rumos econômicos de países que haviam recentemente passados por mudanças políticas profundas, como por exemplo, a conquista da independência política ou a ascensão ao poder de governos que davam grande destaque às propostas de desenvolvimento nacional.

A reflexão sobre desenvolvimento teve como causa principal, a tomada de consciência do atraso econômico em que vive a grande maioria da humanidade. Indicadores mais específicos, tais como mortalidade infantil, incidência de enfermidades contagiosas, grau de alfabetização e outros logo foram lembrados, o que contribuiu para unir as idéias de desenvolvimento, bem-estar social, modernização, enfim tudo que sugeria acesso às formas de vida criadas pela civilização industrial.

“Mais do que um tema acadêmico, essa reflexão foi alimentada pelo debate político nascido das grandes transformações produzidas pela Segunda Guerra Mundial, tais como o dismantelamento das estruturas coloniais e a emergência de novas formas de hegemonia internacional fundadas no controle da tecnologia e da informação e na manipulação ideológica. Importante função catalisadora coube, numa primeira fase, às novas instituições internacionais – as Nações Unidas, suas comissões regionais e agências especializadas – cujos secretariados técnicos realizaram trabalhos empíricos e interpretativos no quadro da nova problemática. A penetração no mundo acadêmico foi inicialmente lenta. No que respeita à ciência econômica, as dificuldades conceituais para abordar a nova temática não seriam das menores. Os primeiros enfoques acadêmicos procuraram assimilar os problemas do desenvolvimento retardado (ou subdesenvolvimento) ao mau funcionamento da economia internacional, ou seja, ao abandono dos sãos princípios da doutrina liberal.” (FURTADO, 2000; p.25)

O processo histórico de formação de um sistema econômico mundial, cujo ponto de partida é a aceleração da acumulação que conhecemos como Revolução Industrial, apresenta dois pontos distintos.

Como destaca Furtado (2000; p.26), o primeiro retrata a transformação, ou seja, o processo de destruição total ou parcial das formas artesanal, senhorial e corporativa de organização da produção e de progressiva implantação de mercados de ingredientes da produção: mão-de-obra e recursos naturais apropriados privadamente. Essa transformação no sistema de dominação social responsável pela organização da produção abriu mais amplos canais à divisão do trabalho e ao avanço das técnicas, o que realimentaria o processo de acumulação. O segundo ponto reflete a ativação das atividades comerciais, e mais precisamente, da divisão do trabalho inter-regional.

As regiões em que se localizou a aceleração da acumulação tenderam a especializar-se naquelas atividades produtivas em que a revolução em curso no modo de produção abria maiores possibilidades ao avanço da técnica, transformando-se em focos geradores do progresso tecnológico.

Contudo, a especialização geográfica também proporcionava aumentos de produtividade, vale dizer, permitia uma utilização mais eficaz dos recursos produtivos disponíveis. Causados pelo intercâmbio externo, esses aumentos de produtividade serviam de vetor de transmissão das inovações na cultura material que acompanhavam a intensificação da acumulação.

“A formação do sistema econômico mundial apoiou-se, assim, tanto no processo de transformação das estruturas sociais como no processo de modernização do estilo de vida. Desenvolvimento e subdesenvolvimento, como expressão de estruturas sociais, viriam a ser resultantes da prevalência de um ou outro desses dois processos. Cabe, portanto, considerar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como situações históricas distintas, mas derivadas de um mesmo impulso inicial e tendendo a reforçar-se mutuamente. Quanto mais ampla fosse a divisão internacional do trabalho, mais profunda seriam as transformações sociais no centro do sistema e mais intensa a modernização das formas de vida em sua periferia. Portanto, para compreender as causas da persistência histórica do subdesenvolvimento, faz-se necessário observá-lo como parte que é de um todo em movimento, como expressão da dinâmica do sistema econômico mundial engendrado pelo capitalismo industrial.” (FURTADO, 2000; p.28).

A industrialização retardada que teria lugar nos países que se haviam inserido no sistema econômico mundial pela via da modernização far-se-ia em concorrência com as importações e não com a atividade artesanal preexistente.

Longe de ser um reflexo do nível de acumulação alcançado, a evolução do sistema produtivo assume a forma de um processo de adaptação no qual o papel diretor cabe às forças externas e internas que definem o perfil da demanda final.

Portanto, as estruturas sociais desses países sejam tão distintas das que constituíram ali onde avançaram paralelamente acumulação e diversificação da demanda.

A mecanização das infra-estruturas e as transformações impostas à agricultura pelo esforço de exportação e pela evolução da demanda interna, bem como o impacto da industrialização na construção civil, na confecção e outros setores em que era importante a atividade artesanal, põem em marcha um amplo processo de destruição de formas de emprego que o ritmo de acumulação está longe de poder neutralizar. A intensa urbanização, presente na totalidade dos países subdesenvolvidos, é a manifestação mais visível desse processo de desestruturação social.

A modificação das formas de produção priva de suas ocupações tradicionais, buscam abrigo em sistemas subculturais urbanos que só esporadicamente se articulam com os mercados, mas sobre eles exercem uma forte influência como reservatórios de mão-de-obra.

Realizando em grande parte sua reprodução no quadro de um sistema informal de produção, as populações ditas marginais são a expressão de uma estratificação social que tem suas raízes na modernização. A inadequação tecnológica, a que se referem alguns economistas, de um ângulo de vista sociológico traduziu-se na polaridade modernização-marginalidade.

“Foi o esforço visando a unificar o quadro conceitual dessa problemática que produziu a teoria da dependência. Esta se funda numa visão global do capitalismo – enfocando como um sistema econômico em expansão vertical e horizontal e como uma constelação de formas sociais heterogêneas – que permite captar a diversidade no tempo e no espaço do processo de acumulação e as projeções dessa diversidade no comportamento dos segmentos periféricos. Graças a esse enfoque, foi possível aprofundar a análise das vinculações entre as relações externas e as formas internas de dominação social nos países que se instalaram no subdesenvolvimento, bem como projetar luz sobre outros temas de considerável significação, tais como a natureza do Estado e o papel das firmas transnacionais nos países de economia dependente. Ali onde a modernização se apoiou na exploração de recursos não-renováveis (por extremo, o caso dos países exportadores de petróleo presta-se mais facilmente à análise), o excedente retido no país de origem tendeu a ser captado por um sistema de poder local. Em razão disso, a vinculação externa condicionou sobretudo a evolução da estrutura de poder, favorecendo seu fortalecimento e centralização. Esse processo de condensação de poder em instituições centralizadoras, coincidindo com a desestruturação social a que fizemos referência, empresta ao Estado características que apenas começam a ser percebidas em sua originalidade. Sendo Estado, no essencial, um instrumento captador de excedente, a evolução das estruturas sociais tende a ser fortemente influenciada pela orientação dada por ele à aplicação dos recursos que controla.” (FURTADO, 2000; p.29).

Constitui, evidentemente, caso limite a situação dos países que se vinculam ao exterior mediante exploração de recursos não-renováveis e em que o Estado é o instrumento privilegiado de acumulação controlada do interior. Contudo, nos demais países subdesenvolvidos a evolução política se vem orientando no mesmo sentido, sendo geral o fortalecimento do aparelho estatal e a emergência, sob sua tutela, de novas formas de organização social.

Os investimentos em infra-estrutura e nas indústrias básicas dependem diretamente do poder público, ou de garantias dadas por este a grupos estrangeiros. A poupança local, em grande parte compulsória, inexistiria sem a iniciativa do Estado, o qual assume responsabilidades crescentes no campo da produção, podendo as empresas por ele criadas operar com ampla margem de autonomia, perdendo a validade muitos dos critérios tradicionalmente usados para diferenciar atividades públicas de privadas.

A reflexão sobre o desenvolvimento, ao conduzir a uma progressiva aproximação da teoria da acumulação com a teoria da estratificação social e com a teoria do poder, constitui-se em ponto de convergência das distintas ciências sociais.

“As primeiras idéias sobre desenvolvimento econômico, definido como um aumento do fluxo de bens e serviços mais rápido que a expansão demográfica, foram progressivamente substituídas por outras referidas a transformações do conjunto de uma sociedade às quais um sistema de valores empresta coerência e sentido. Medir um fluxo de bens e serviços é operação que somente tem consistência quando tais bens e serviços se ligam à satisfação de necessidades humanas objetivamente definíveis, isto é, identificáveis independentemente das desigualdades sociais existentes. Quando o economista adiciona gastos realizados pelos consumidores, está em busca de uma variável representativa da demanda efetiva e não de um indicador de bem estar-social. Contudo, é a idéia desta última que está contida no conceito de desenvolvimento. O debate em torno desse ponto, de aparência técnica, traria à tona os aspectos ideológicos das políticas de desenvolvimento e levaria à crítica dos tipos de sociedade postulados implicitamente por essas políticas.” (FURTADO, 2000; p.30).

A temática tradicional circunscrita aos “obstáculos ao desenvolvimento” tendeu a ser substituída por outra saída do debate sobre os “limites ao crescimento”, os “estilos de desenvolvimento”, os “tipos de sociedade”, a “ordem mundial”. O aprofundamento da análise das relações internacionais de dominação-dependência e de sua introjeção nas estruturas sociais permitiu ver com maior clareza a natureza das forças que respondem pela tendência à persistente concentração da renda em benefício das economias dominantes e pela marginalização de frações crescentes de população nos países de economia dependente.

## **O Pré-sal brasileiro**

Com a descoberta de reservas de petróleo a aproximadamente 7.000 metros de profundidade no total de 40 bilhões a 80 bilhões barris, a tendência é que ocorra uma abundância de dólares na economia brasileira com grande tendência de valorização do Real perante o Dólar.

O governo brasileiro já aprovou leis importantes para o controle das reservas petrolíferas, bem como, medidas para conter a possível valorização da moeda local. O Novo Marco Regulatório, constituído de 4 projetos de leis que foram aprovados, essas leis tem como característica dar novos horizontes ao processo de exploração do petróleo encontrado nas camadas do pré-sal.

Primeiramente a Lei 5.938/2009, que visa introduzir o regime de partilha para as áreas de exploração do pré-sal. Esse regime será concedido apenas às áreas do pré-sal e as declaradas estratégicas pelo governo federal, áreas já exploradas e para campos de exploração já concedidos, vigora-se a lei sobre regimes de concessão.

Torna a Petrobras monopolista na operação dessas áreas de exploração do petróleo em todos os blocos encontrados. Além disso, abre o direito de outras empresas participarem na exploração desse petróleo desde que a Petrobras participe com no mínimo 30% do consórcio.

E o mais importante, e ao mesmo tempo, o mais polêmico, altera a divisão dos royalties e participações especiais na exploração dos blocos do pré-sal. Fazendo com que os estados e municípios, sejam contribuídos de uma forma mais igualitária.

Esse projeto de lei foi o dos que mais geraram conturbações políticas, isso graças ao modo de como é distribuído os royalties nas explorações dos outros campos e bacias de petróleo. O Rio de Janeiro, por exemplo, é creditado em aproximadamente 70% de toda a distribuição de royalties do país. Por mais que esses royalties sejam concedidos como uma forma de externalidade negativa, e que os maiores campos de exploração de petróleo se encontram no estado do Rio de Janeiro, os valores recebidos são astronômicos e a falta de controle abre as portas para corrupção, desvios e péssimos investimentos. Isso nos leva a concluir que talvez a melhor forma fosse o Estado através da Petro-Sal ter controle dos royalties e participações especiais. E com essas arrecadações realizarem investimentos em setores estratégicos e ao mesmo tempo setores que são problemáticos em cada estado e município do país, dentre os quais são de direito o recebimento desses investimentos.

Outro problema desse projeto de lei, é que com a autorização de empresas estrangeiras, permitindo participarem do processo de exploração as mesmas realizarão somente o investimento, tornando a Petrobras responsável pelos danos e prejuízos, ou seja, esse capital investido é um capital externo a produção, ou seja, um capital monetário.

Esse capital tem como único objetivo a lucratividade dessa operação, recebendo um lucro pela renúncia a liquidez.

O Projeto de lei 5.939/2009 representa a abertura da nova estatal, a PetroSal. Esta estatal tem com principal objetivo gerir os contratos do regime de partilha de produção. Ela representará a União e fará auditoria dos custos e investimentos. Ou seja, toda a parte administrativa ficará sobre o controle dessa empresa. Com a criação da Petro-Sal, cria-se uma posição de maior autonomia do Estado perante a decisões sobre o setor petrolífero do país.

O projeto de lei 5.940/2009 consiste na criação do Fundo Social. Esse Fundo Social tem como objetivo acumular poupança com os recursos do regime de partilha de produção das áreas exploradas nas camadas de pré-sal, que será responsável para o controle da apreciação cambial decorrentes do aumento das exportações e, também, para investimentos nas áreas de combate a pobreza e promoção de cultura, educação, saúde, ciência e tecnologia, adaptação as mudanças climáticas e recuperação do valor da aposentadoria do INSS.

O Fundo Soberano, se bem sucedido, é uma das armas que o país terá para evitar os possíveis problemas da enxurrada de dólares que entrará no país, com capacidade de realizar investimentos tanto no Brasil como no Exterior, garantindo ao país uma sustentabilidade financeira.

Por último, e não menos importante, o Projeto de lei 5.941/2009, concedendo a capitalização da Petrobras. Essa lei garante a Petrobras o direito de exercer atividades de E & P, em determinadas áreas do pré-sal. E seu pagamento poderá ser feito por meio de títulos da dívida pública do país. Neste sentido, essa lei garante à união a possibilidade de ter maior participação nas ações da Petrobras.

**TABELA 1**

<b>Premissas Básicas</b>	
Custo total de exploração (US\$ / barril)	20
Início da extração (ano)	2013
Preço do petróleo (US\$ / barril)	80

P R É - S A L

P R O J E Ç Õ E S

Reserva recuperável (bilhões de barris)	72
Duração da reserva (anos)	75

Royalties (US\$ bi)	576
Participação Especial (US\$ bi)	2.538
Total (US\$ bi)	3.114

<b>Em 10 Anos:</b>	
Royalties e Particip. Especial (US\$ bi)	267
Receita Bruta (US\$ bi)	504
Rendimento do Fundo (US\$ bi)	69

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087
<b>Dados operacionais</b>																
<b>Produção anual (milhões barris)</b>	90	180	270	360	540	720	900	1.080	1.080	900	720	540	360	270	180	90
Extração (mil barris/dia)	250	500	750	1.000	1.500	2.000	2.500	3.000	3.000	2.500	2.000	1.500	1.000	750	500	250
<b>Cálculo da Participação Especial (US\$ bilhões)</b>																
Receita Bruta	7,2	14,4	21,6	28,8	43,2	57,6	72,0	86,4	86,4	72,0	57,6	43,2	28,8	21,6	14,4	7,2
Alíquota de Royalties	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%
Royalties	0,7	1,4	2,2	2,9	4,3	5,8	7,2	8,6	8,6	7,2	5,8	4,3	2,9	2,2	1,4	0,7
Custo total de exploração	1,8	3,6	5,4	7,2	10,8	14,4	18,0	21,6	21,6	18,0	14,4	10,8	7,2	5,4	3,6	1,8
(=) Receita Líquida de Produção (RLP)	4,7	9,4	14,0	18,7	28,1	37,4	46,8	56,2	56,2	46,8	37,4	28,1	18,7	14,0	9,4	4,7
Parcela a deduzir (isenta)	2,7	2,3	1,9	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5
(=) Base de cálculo para PE	2,0	7,0	12,1	17,2	26,5	35,9	45,3	54,6	54,6	45,3	35,9	26,5	17,2	12,5	7,8	3,1
Alíquota da PE	70,0%	70,0%	70,0%	70,0%	70,0%	70,0%	70,0%	70,0%	70,0%	70,0%	70,0%	70,0%	70,0%	70,0%	70,0%	70,0%
<b>Participação Especial (PE)</b>	1,4	4,9	8,5	12,0	18,6	25,1	31,7	38,2	38,2	31,7	25,1	18,6	12,0	8,7	5,5	2,2
<b>Royalties + Participação Especial</b>	2,1	6,4	10,6	14,9	22,9	30,9	38,9	46,9	46,9	38,9	30,9	22,9	14,9	10,9	6,9	2,9
Patrimônio do Fundo (US\$ bi)	2	8	19	34	57	88	127	174	2.986	3.025	3.055	3.078	3.093	3.104	3.111	3.114
Rendimento do Fundo (US\$ bi)	0,08	0,42	1,10	2,12	3,63	5,79	8,58	12,01	236,98	240,41	243,20	245,36	246,87	247,90	248,61	249,00
Rentabilidade do Fundo	8%															

De acordo com a Tabela 1, ao desenvolver algumas projeções do que significa a descoberta da camada de pré-sal pode-se observar, que em determinadas condições pré-estabelecidas, uma receita bruta, com o preço do barril médio de US\$ 80 dólares, de US\$ 7,2 bilhões ao ano, representando 3,5% do total das exportações brasileiras realizadas em 2010.

A partir de 2020 até 2080, conforme as estimativas, pode ser o período em que as explorações de petróleo chegam ao seu nível máximo, com 3.000.000 barris por dia, obtendo-se uma receita bruta de US\$ 86,4 bilhões, equivalendo a 43% do total das exportações brasileiras em 2010, sendo US\$ 8,6 bilhões somente de royalties. Ou seja, serão aproximadamente 60 anos na qual a receita petroleira entrará com um volume imenso de dólares em nosso país.

Assim, podemos observar que temos um período de mais de meio século para o Brasil implementar políticas econômicas e sociais, para enfim elevar o grau de crescimento e desenvolvimento econômico e social.

Outro ponto importante é o controle das arrecadações dos royalties e das participações especiais, para que assim, esse crescimento e desenvolvimento econômico atinjam toda a população brasileira, e não um desenvolvimento concentrado nas metrópoles.

### **Considerações Finais**

Ao analisar o caso venezuelano de rentismo e doença holandesa, denota que apesar de o Brasil possuir um parque industrial produtivo, poderá sofrer consequências graves caso não interfira no processo econômico petroleiro que será em breve.

As leis aprovadas pelo Congresso Nacional e o governo brasileiro visam preservar os recursos minerais, neste caso, o petróleo da camada de pré-sal e através do Fundo Soberano, desenvolver políticas públicas e a estabilidade da moeda perante o Dólar, entretanto, ao regulamentar as leis é primordial que o governo além de destinar porcentagens da renda petroleira à políticas públicas, deve-se planejar suas ações no sentido de ampliar à população serviços essenciais ao desenvolvimento da sociedade brasileira.

Além do que, ter um controle ativo do câmbio no sentido de não provocar um processo de desindustrialização brasileira, algo peculiar das economias petroleiras, pois para se tornar uma nação desenvolvida é essencial desenvolver uma indústria de base e com alta tecnologia, visando à “equalização” dos termos de troca e o desenvolvimento da sociedade e do capitalismo brasileiro.